

BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO
2009

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO



DIRECÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Publicação mensal
Direcção-Geral do Orçamento
Telefone: 218846300
Fax: 218824962
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

ÍNDICE

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO A OUTUBRO DE 2009.....	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA RECEITA	3
3. ANÁLISE DA DESPESA	5
II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A SETEMBRO DE 2009	8
1. INTRODUÇÃO	8
2. ANÁLISE DA RECEITA	8
3. ANÁLISE DA DESPESA	10
III - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO A OUTUBRO DE 2009	12
1. INTRODUÇÃO	12
2. ANÁLISE DA RECEITA	13
3. ANÁLISE DA DESPESA	14
4. SALDO ORÇAMENTAL	15
ANEXOS	17
QUADRO I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009)	19
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009)	20
QUADRO 3 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009).....	21
QUADRO 4 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009).....	22
QUADRO 5 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR MINISTÉRIOS E CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009)	23
QUADRO 6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009 / JANEIRO A SETEMBRO DE 2009).....	24

ÍNDICE

QUADRO 7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (JANEIRO A SETEMBRO DE 2009)	25
QUADRO 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009)	26
QUADRO 9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (JANEIRO A OUTUBRO DE 2009)	27
QUADRO 10 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL (JANEIRO A SETEMBRO DE 2009)	28
QUADRO 11 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (JANEIRO A SETEMBRO DE 2009)	29
QUADRO 12 - INDICADORES FÍSICOS DO SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA	30

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO A OUTUBRO DE 2009

1. INTRODUÇÃO

O valor provisório do défice do subsector Estado relativo ao período Janeiro-Outubro de 2009, apurado na óptica da Contabilidade Pública, situou-se em € 11 674 milhões. De referir que a variação relativamente a igual período do ano anterior se deve em cerca de 68% à redução da receita e em cerca de 32% ao aumento da despesa.

A receita registou uma taxa de variação homóloga acumulada (tvha) de -14.1%, justificada, no essencial, pela contracção das receitas fiscais.

A despesa cresceu 5.8% relativamente ao período homólogo do ano anterior, sendo o respectivo grau de execução da ordem dos 80.4%, aquém do padrão de segurança¹. Por sua vez, a despesa corrente primária registou um crescimento de 4.2%. A despesa excluindo a componente associada ao financiamento, pelo Orçamento do Estado, do programa orçamental "Iniciativa para o Investimento e o Emprego" (IIE) cresceu 4.4%.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva do subsector Estado ascendeu a € 28 072.3 milhões, apresentando um decréscimo em termos homólogos de 14.1%.

Nos primeiros dez meses de 2009, a receita fiscal registou uma variação de -14.8% relativamente ao período homólogo do ano anterior, o que representa um decréscimo na variação da Receita fiscal de 1.4 p.p. face ao período homólogo de Janeiro a Setembro (por memória, -13.4%). O decréscimo da taxa de variação homóloga resulta da diminuição da tva dos Impostos Directos (menos 4.5 p.p. relativamente a Setembro), que não foi compensada suficientemente pelo ligeiro aumento da dos Impostos Indirectos (mais 0.9 p.p. que em Setembro).

¹ O padrão de segurança é um indicador que tem em conta a distribuição da execução da despesa ao longo do ano, conjugando a linearidade, a sazonalidade e o peso relativo de cada rubrica de despesa. Para efeitos de apuramento daquele indicador é considerado o orçamento modificado pelas alterações ocorridas até ao período em análise.

Execução orçamental do subsector Estado

	(Período: Janeiro a Outubro)		€ Milhões	
	2008	2009	Var.rel. (em %)	Contr. p/tvha (em p.p.)
Receita corrente	31.775,2	27.679,5	-12,9	-12,5
<i>da qual:</i> Receita fiscal	29.047,1	24.759,1	-14,8	-13,1
Receita de capital	906,1	392,8	-56,6	-1,6
Receita	32.681,3	28.072,3	-14,1	-14,1
Despesa corrente	35.442,5	36.914,7	4,2	3,9
<i>da qual:</i> Desp.corr. primária	30.706,1	32.006,7	4,2	3,5
Despesa de capital	2.139,8	2.831,5	32,3	1,8
Despesa	37.582,4	39.746,3	5,8	5,8
<i>da qual:</i> Despesa primária	32.845,9	34.838,3	6,1	
Saldo global	-4.901,1	-11.674,0		

Factores explicativos da variação da receita do subsector Estado

	(Período: Janeiro a Outubro)		€ Milhões	
	2008	2009	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Receita	32.681,3	28.072,3	-14,1%	-14,1
Receitas fiscais	29.047,1	24.759,1	-14,8%	-13,1
Impostos directos	12.282,3	10.767,3	-12,3%	-4,6
- IRS	7.393,0	7.052,2	-4,6%	-1,0
- IRC	4.867,8	3.711,7	-23,7%	-3,5
- Outros	21,5	3,4	-84,2%	-0,1
Impostos indirectos	16.764,8	13.991,8	-16,5%	-8,5
- ISP	2.122,0	2.038,3	-3,9%	-0,3
- IVA	11.060,7	8.690,4	-21,4%	-7,3
- Imposto sobre veículos	781,6	575,0	-26,4%	-0,6
- Imposto consumo tabaco	1.019,6	988,1	-3,1%	-0,1
- IABA	158,8	149,1	-6,1%	0,0
- Imposto de Selo	1.491,4	1.396,7	-6,3%	-0,3
- Imposto Único Circulação	83,6	106,4	27,3%	0,1
- Outros	47,1	47,8	1,5%	0,0
Receitas não fiscais	3.634,2	3.313,2	-8,8%	-1,0

Legenda (última coluna): Contributo para a taxa de variação homóloga acumulada (tvha) da receita (em pontos percentuais).

Receita fiscal corrigida de medidas de política

(Período: Janeiro a Outubro)

€ Milhões

	Medidas de Política				2009	T'vha do período
	2008	Reembolsos	Transferências	Medidas de Política		
Receitas fiscais	29.047,1	664,3	0,0	379,0	25.802,3	-11,2%
Impostos Directos	12.282,3	242,4	0,0	24,0	11.033,7	-10,2%
IRS	7.393,0	0,0	0,0	0,0	7.052,2	-4,6%
IRC	4.867,8	242,4	0,0	24,0 a)	3.978,1	-18,3%
Outros	21,5	0,0	0,0	0,0	3,4	-84,3%
Impostos Indirectos	16.764,8	421,8	0,0	355,0	14.768,6	-11,9%
ISP	2.122,0	0,0	0,0	0,0	2.038,3	-3,9%
IVA	11.060,7	421,8 b)	0,0	355,0 c)	9.467,3	-14,4%
ISV	781,6	0,0	0,0	0,0	575,0	-26,4%
IT	1.019,6	0,0	0,0	0,0	988,1	-3,1%
IABA	158,8	0,0	0,0	0,0	149,1	-6,1%
Selo	1.491,4	0,0	0,0	0,0	1.396,7	-6,4%
IUC	83,6	0,0	0,0	0,0	106,4	27,4%
Outros	47,1	0,0	0,0	0,0	47,8	1,5%

Fonte: DGO, DGCI e DGAIEC.

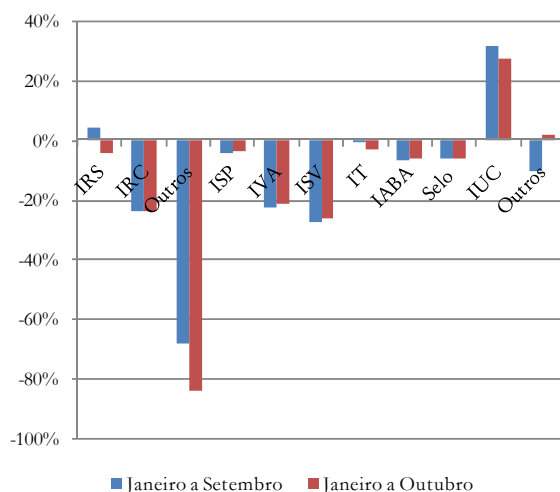
a) Efeito da redução do limite do PEC de € 1250 para € 1000

b) Efeito das medidas de diminuição do prazo médio de reembolsos e da redução do limite mínimo para pedidos de reembolso de IVA;

c) Efeito da redução da taxa de IVA normal de 21% para 20%.

Receita Fiscal de Janeiro a Outubro (2009 e 2008)

(Comparação das variações homólogas Jan/Set e Jan/Out)



Para a evolução negativa dos Impostos Directos, evidencia-se a inversão da variação do IRS, de 4.2% no período homólogo anterior para -4.6% no período homólogo corrente. Para esta variação negativa contribuiu de forma significativa a transferência para as autarquias de € 385.9 milhões no mês de Outubro.

Paralelamente, o IRC, sofreu uma variação de -0.4 p.p., entre os dois períodos homólogos consecutivos (de Janeiro a Setembro e de Janeiro a Outubro).

Para a ligeira evolução positiva da tva dos Impostos Indirectos, relativamente a Setembro, contribuiu a melhoria da tva da receita IVA em 1.3 p.p., devido ao incremento na receita líquida deste imposto no mês de Outubro, face ao mês transacto. Outro factor determinante na melhoria dos Impostos Indirectos foi o incremento da tva da receita de ISP, de -4.5% em Setembro para -3.9% em Outubro. Por último de referir a contribuição, ainda que de forma ligeira, para a melhoria da tva dos Impostos Indirectos, do incremento em 1.1 p.p. da tva da receita de ISV (Imposto sobre veículos).

Tendo por objectivo obter uma base de comparação coerente com o *status quo legis* do ano de 2008, deverão descontar-se os efeitos das medidas de política (que incluem um aumento dos reembolsos de IVA e de IRC, bem como os efeitos do aumento das transferências e da redução da taxa de IVA normal de 21% para 20%). Assim, constata-se que a receita fiscal registaria, para o período homólogo corrente face ao anterior, de uma variação corrigida de -11.2%, o que traduz um decréscimo de 2.1 p.p. face a Setembro (de memória, -9.1%). Este facto deriva essencialmente da diminuição, em sede de IVA, dos prazos de reembolso médio de "Reembolsos a 30 dias" (código 51) para 25 dias e dos "Reembolsos até ao 3.º mês" (código 53) para 96 dias.

De uma forma sucinta, pode-se inferir que apesar do impacto negativo da variação dos Impostos Directos na Receita total, se assiste a uma recuperação, ainda que ligeira, dos impostos Indirectos mais importantes entre os dois períodos homólogos, e que estão em sintonia com outros indicadores que reflectem o início da recuperação económica.

Por sua vez, a receita não fiscal registou uma taxa de variação de -8.8%, a qual é essencialmente justificada pela contabilização, na receita de 2008², de parte da verba paga pela

² Em "outras receitas de capital".

EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., por contrapartida da transmissão de direitos no domínio hídrico.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa do subsector Estado situou-se em € 39 746.3 milhões, representando um acréscimo em termos homólogos de 5.8%. O grau de execução da despesa situou-se em 80.4%, inferior ao padrão de segurança.

Por sua vez, a despesa associada ao financiamento, pelo Orçamento do Estado, do programa orçamental “Iniciativa para o Investimento e o Emprego” (IIE) ascendeu a € 536.7 milhões, evidenciando um grau de execução de 46%³, traduzindo uma ligeira aceleração desta componente da despesa face ao mês anterior.

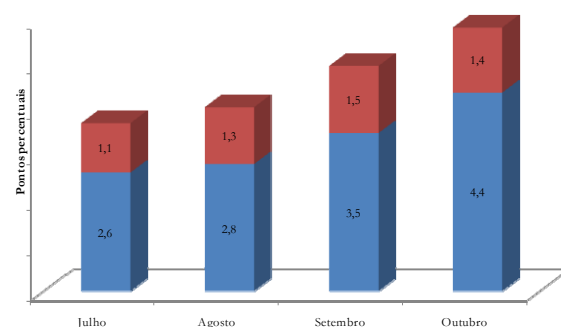
A tvha da despesa de Janeiro-Outubro de 2009 é justificada em 1.4 p.p. pela execução do programa IIE. Relativamente à despesa excluindo esta componente, a respectiva tvha registou um aumento de 0.9 p.p. face ao mês anterior (por memória, 3.5%), que se deveu, em grande medida, à inflexão do comportamento da despesa com juros e outros encargos observada em Outubro.

Procedendo à análise da despesa do subsector Estado por classificação económica, verifica-se que o aumento das “despesas com pessoal” no período de Janeiro-Outubro de 2009 em termos comparáveis foi de 2.1%.

A despesa com a aquisição de bens e serviços correntes manteve uma taxa de crescimento moderada, após o efeito da concentração, nos primeiros meses do ano, dos pagamentos associados à regularização de dívidas através do balcão único, no âmbito do Programa de REDE⁴.

A despesa com juros e outros encargos cresceu 3.6% no período em análise, contribuindo em +0.5 p.p. para a tvha da despesa quando, no mês anterior, o impacto se situava em -0.5 p.p..

Impacto da execução do programa IIE na tvha da despesa do subsector Estado



³ Face ao valor orçamentado de € 1 165.7 milhões, por força da Lei n.º 10/2009, de 10 de Março.

⁴ Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Factores explicativos da variação da despesa do subsector Estado – Despesa comparável

(Período: Janeiro a Outubro)

€ Milhões

	2008 compará vel	2009	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Despesa	37.582,4	39.746,3	5,8%	5,8
Despesa corrente	35.442,5	36.914,7	4,2%	3,9
Despesas com o pessoal	8.765,2	8.944,9	2,1%	0,5
<i>das quais:</i>				
- Remunerações certas permanentes	6.568,4	6.577,8	0,1%	0,0
- Abonos variáveis ou eventuais	362,4	427,5	18,0%	0,2
- Segurança Social (2)	1.834,4	1.939,6	5,7%	0,3
<i>da qual:</i>				
- Contribuição serviços adm. directa Estado CGA (1)	432,9	433,5	0,1%	0,0
- Pensões respons. Estado a cargo da CGA	183,2	188,1	2,7%	0,0
- Encargos com saúde	862,1	901,0	4,5%	0,1
- Pensões de reserva	175,9	201,5	14,6%	0,1
Aquisição de bens e serviços correntes	904,4	937,5	3,7%	0,1
Juros e outros encargos	4.736,4	4.908,0	3,6%	0,5
Transferências correntes do OE (3)	19.846,0	21.449,5	8,1%	4,3
<i>das quais:</i>				
- Contribuição financeira CGA (3)	2.357,1	2.815,0	19,4%	1,2
- Transf. Serviço Nacional Saúde	6.583,3	6.800,0	3,3%	0,6
- Transf. Seg. Social (Lei Bases)	4.877,6	5.417,3	11,1%	1,4
- Transf. Adicional ao IVA (total)	697,0	844,9	21,2%	0,4
- Contribuição financeira UE	1.293,6	1.496,1	15,7%	0,5
Subsídios	905,9	360,8	-60,2%	-1,5
<i>dos quais:</i>				
- Indemnizações compensatórias	281,6	182,3	-35,3%	-0,3
- Amortização défice tarifário energ.	466,2	0,0		-1,2
Outras despesas correntes	284,6	314,0	10,3%	0,1
Despesas de capital	2.139,8	2.831,5	32,3%	1,8
Transferências de capital do OE	1.759,3	2.487,6	41,4%	1,9
<i>das quais:</i>				
- Transferências Administração Local	623,6	689,5	10,6%	0,2
- Transf. Gab.Gestão Financ. Min. Educação - Acção social escolar	0,0	177,8		0,5
- Transf. Gab.Gestão Financ. Min. Educação - IIE	0,0	180,0		0,5
- Transf. IAPMEI - IIE	0,0	190,0		0,5
- Recequilíbrio financeiro Metro Sul do Tejo	0,0	81,1		0,2

Nota: Para além dos ajustamentos indicados nas notas seguintes, os valores executados nas rubricas "despesas com pessoal" e "transferências correntes" em 2008 foram ajustados à reclassificação das verbas do OE destinadas à CGA, I.P., ocorrida por força do OE/2009.

(1) - Valor estimado para 2008, com base no peso do valor executado em 2009 relativamente ao respectivo valor da despesa com "remunerações certas e permanentes".

(2) - Inclui, em 2008, o valor estimado em (1).

(3) - Exclui, em 2008, o valor estimado em (1).

As "transferências correntes" em termos comparáveis aumentaram 8.1% reflectindo, essencialmente, os seguintes factores:

- O acréscimo das transferências no âmbito do cumprimento da lei de bases da segurança social, incluindo a transferência do OE prevista no programa orçamental IIE, visando dar cobertura à medida de "Apoio ao emprego e reforço da protecção social" (€ 144.4 milhões);

- O aumento da transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. destinada à cobertura do défice do sistema de pensões;

- O diferente perfil de execução das transferências da receita do adicional ao IVA⁵ para a CGA e para a segurança social;

- O aumento da contribuição financeira de Portugal para o orçamento da União Europeia;

- O crescimento das transferências do Orçamento do Estado com vista ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde, incluindo a verba de € 50 milhões destinada à execução do plano de contingência do sector da saúde relativo à gripe A(H1N1).

O comportamento das despesas com subsídios continua influenciado, em grande medida, pela operação de amortização do défice tarifário energético ocorrida em 2008. De referir que a execução de 2009 inclui a atribuição de subsídios abrangidos pelo programa de incentivo à utilização de energias renováveis.

A tvha da despesa de capital situou-se em 32.3%, justificada, na parte mais expressiva, pelas transferências para:

- O Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (€ 180 milhões), com vista a transferir para a Parque Escolar, E.P.E., visando dar execução à medida de "Modernização das Escolas", que integra o programa IIE; e, por outro lado, no âmbito da acção social escolar, tendo por finalidade assegurar o financiamento, pelo Orçamento do Estado, da execução do programa e-Escola (€ 177.8 milhões);

- O Instituto de Apoio às PME e à Inovação, I.P. (€ 190 milhões), visando: a realização faseada do capital dos fundos de

⁵ Lei n.º 39/2005, de 24 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26-A/2008, de 27 de Junho.

investimento⁶ criados no âmbito da medida de “Apoio especial à actividade económica, exportações e PME”; a subscrição e realização do capital social do FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação⁷; e o reforço dos capitais próprios da SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.⁸, com o objectivo de manutenção dos rácios de solvabilidade das sociedades de garantia mútua;

- A MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.⁹, nos termos do acordo de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo (€ 81.1 milhões).

Financiamento, pelo Orçamento do Estado, do programa orçamental “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”

(Período: Janeiro a Outubro)	€ Milhões
	2009
Modernização das escolas	184,0
Promoção das energias renováveis, da eficiência energética e das redes de transporte de energia	18,3
Apoio Especial à Actividade Económica, Exportações e PME	190,0
Apoio ao emprego e reforço da protecção social	144,4
Total	536,7

⁶ Designadamente, o Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE) e o Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE).

⁷ Criado pelo Decreto-Lei n.º 175/2008, de 26 de Agosto como entidade-veículo de operacionalização das linhas de crédito “PME Investe”.

⁸ Holding do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

⁹ Com reflexo nas “outras transferências de capital”.

II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A SETEMBRO DE 2009

1. INTRODUÇÃO

O saldo global provisório do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA), incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), na óptica da Contabilidade Pública, ascendeu no terceiro trimestre a € 811.7 milhões apresentando uma melhoria de € 135.4 milhões, face ao período homólogo.

Os serviços que integram o SNS totalizaram um saldo global de € 350.5 milhões, mais € 69.7 milhões face ao período homólogo, tendo o saldo dos restantes Serviços e Fundos Autónomos aumentado na ordem de € 65.7 milhões.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu, no período em análise, os € 17 890.1 milhões, representando, em termos homólogos, um crescimento de 6.9%, em resultado do aumento da receita corrente.

A alteração metodológica do registo da comparticipação do Orçamento do Estado, destinada a assegurar o equilíbrio financeiro da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que vem sendo referida em anteriores boletins, explica em simultâneo a variação negativa ocorrida na rubrica de "Contribuições para a segurança social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE" (onde aquela parcela era registada em 2008) e o acréscimo que se verifica nas transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas.

Excluindo o efeito desta alteração metodológica, a rubrica de "Contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE", revela ainda um crescimento de 23.5%, determinado pelo facto dos serviços integrados terem passado a contribuir mensalmente para o regime de protecção social da função pública.

As transferências correntes provenientes da União Europeia apresentam uma variação negativa, justificada pela diminuição

Contribuições e transferências em termos comparáveis

(Período: Janeiro a Setembro)

€ Milhões

	2008 comparável	2009	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Receita	16.740,1	17.890,1	6,9%	6,9
Receitas correntes	15.815,7	16.412,2	3,8%	3,6
<i>das quais:</i>				
Contribuições para SS, CGA e ADSE	2.189,4	2.703,1	23,5%	3,1
Taxas, multas e outras penalidades	1.158,7	970,6	-16,2%	-1,1
Transferências correntes	11.485,5	11.649,8	1,4%	1,0
<i>das quais:</i>				
Outros subsectores das Adm. Públicas	10.674,0	11.040,2	3,4%	2,2
Orçamento do Estado	10.117,2	10.437,2	3,2%	1,9
Contribuição Financeira C.G.A.	2.580,0	2.535,0	-1,7%	-0,3
Outras transferências	811,5	609,6	-24,9%	-1,2

Nota: Os valores executados nas rubricas "Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE" e "Transferências correntes" em 2008 foram ajustados à reclassificação da receita da CGA, para efeitos de comparabilidade.

das verbas destinadas ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), sendo no entanto compensada pela variação de sinal contrário registada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), na sequência dos reembolsos de despesas correspondentes a acções realizadas em intercâmbio e cooperação.

De salientar, ainda, as seguintes variações com impacto na evolução da receita corrente:

- aumento dos “impostos indirectos”, que decorre do aumento da percentagem que incide sobre os prémios ou contribuições referentes a contratos de seguros celebrados por entidades sedeadas ou residentes no continente, que constitui receita do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)¹⁰, bem como do montante de imposto sobre os produtos petrolíferos, que reverte a favor do Fundo Português de Carbono¹¹, em resultado da harmonização fiscal entre o gasóleo de aquecimento e o gasóleo rodoviário;

- diminuição das transferências de outras entidades que não integram as Administrações Públicas, na sequência da reclassificação do montante devido à CGA, pelas empresas públicas e privadas, para suportar as despesas com pensões da sua responsabilidade.

A melhoria de 59.9% das receitas de capital, face a igual período de 2008, encontra-se associada fundamentalmente ao aumento das transferências de capital provenientes de outras entidades que integram o perímetro das Administrações Públicas.

Para esse acréscimo de receita concorrem as transferências do Orçamento do Estado, no âmbito da “Iniciativa para o Investimento e o Emprego” (IIE), e que se destinam ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), para apoio da actividade económica, exportações e PME, e ao Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação (GGFME) para concretização do Programa de Modernização das Escolas, da responsabilidade da Parque Escolar, EPE.

O menor volume de verbas provenientes da Segurança Social encontra-se influenciado pela saída do INATEL - Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, IP do subsector dos serviços e fundos autónomos

¹⁰ N.º 1, do art.º 11º do Decreto-Lei n.º 220/2007, de 29 de Maio, alterado pelo art.º 155º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro

¹¹ Nos termos do art.º 164º da Lei do OE/2009

e da equiparação dos centros protocolares de formação profissional a associações públicas¹², estando ainda relacionado com as operações de encerramento do PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia, pelo IAPMEI.

A evolução das receitas de capital tem ainda implícito um aumento das transferências provenientes da UE para o IAPMEI - justificada pelo aumento das iniciativas realizadas no âmbito do Programa Factores de Competitividade (POFC) - e para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP), no âmbito do FEADER.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa efectiva atingiu, no período em análise, o montante de € 17 078.4 milhões, correspondendo a um aumento de 6.3% face ao período homólogo, decorrente na sua maioria do acréscimo de despesas de capital.

A variação da despesa com a aquisição de bens e serviços é justificada pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), encontrando-se relacionada com o pagamento de serviços prestados no âmbito dos contratos-programa celebrados com os Hospitais, EPE, em resultado da evolução do processo de integração de hospitais do SPA em novos EPE¹³.

Este processo de integração explica simultaneamente a redução das despesas com pessoal que se verifica no SNS, e que se reflecte na variação das despesas desta natureza no subsector.

O aumento das transferências correntes para entidades que não integram o perímetro das Administrações Públicas tem subjacente os seguintes factores:

- o crescimento de 7.2% das pensões e abonos da responsabilidade da CGA, em resultado do aumento do número de novos pensionistas abrangidos pelo regime de protecção social da Administração Pública;
- e o aumento das verbas transferidas pelo IEFP para instituições sem fins lucrativos, em resultado da equiparação dos centros protocolares de formação profissional a associações públicas.

¹² Art.º 40, do Decreto-Lei nº 69-A/2009, de 24 de Março

¹³ Transformação dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Hospital Distrital de Faro e do Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde em EPE assim como a integração dos Hospitais da Guarda e de Seia na Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE.

Aquisição bens e serviços correntes

	€ Milhões		Tvh do período
	2008	2009	
(Período: Janeiro a Setembro)			
Aquisição bens e serviços correntes	5.098,6	5.616,9	10,2%
<i>das quais:</i>			
Administração Central Sistema Saúde	2.307,4	2.797,6	21,2%
Outros	2.791,2	2.819,2	1,0%

A variação das despesas de capital encontra-se fundamentalmente relacionada com o aumento das transferências de capital para entidades que não integram o sector das Administrações Públicas, sendo de destacar as efectuadas:

- pelo IFAP, em resultado do pagamento das candidaturas apresentadas pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, SA, no âmbito do programa AGRO, para a construção de diques e sistemas de regadio;
- pelo GGFME, no âmbito da Iniciativa para o Investimento e o Emprego, com vista à antecipação das obras das escolas abrangidas pela 2ª fase e lançamento da 3ª fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias e destinadas à Parque Escolar, EPE; e
- pelo IAPMEI, destinadas à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, para promoção das actividades de apoio à internacionalização e inovação das PME.

III - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO A OUTUBRO DE 2009 ¹⁴

1. INTRODUÇÃO

Saldo da gerência anterior – Saldo orçamental com aplicação em despesa

Sistema / subsistema	€ milhões	
	Saldo inicial	Saldo Corrigido
Sistema de Protecção Social de Cidadania	4,4	243,8
Subsistema Solidariedade	0,0	66,4
Subsistema Protecção Familiar	0,0	0,0
Subsistema Acção Social	4,4	177,4
Sistema Previdencial	715,5	1.189,0
Subsistema Repartição	118,9	726,3
Subsistema Capitalização	596,7	462,7
Total	719,9	1.432,7

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

A receita total do período em análise, incluindo o saldo de anos anteriores no valor de € 1 432.7 milhões, evidencia um acréscimo de 9.4% em relação ao período homólogo de 2008 e a despesa total evidencia um acréscimo de 10.6% em relação ao mesmo período.

A receita efectiva regista um acréscimo de 4.7% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 11% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2008.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições que representando 57.5% da receita efectiva evidenciam um acréscimo de 0.3% relativamente ao período homólogo de 2008 e pelas transferências correntes obtidas que representam 39.4% da receita efectiva e registam um acréscimo de 13.3% relativamente a igual período de 2008.

O acréscimo de 11% na despesa efectiva, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2008, decorre nomeadamente do agravamento de 5.1% nas pensões, de 29.4% nos subsídios de desemprego e apoio ao emprego e de 47% nos subsídios às acções de formação profissional.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de € 999 milhões, reflectindo um decréscimo de € 904.2 milhões face ao valor obtido em igual período de 2008.

¹⁴ Relatório elaborado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise € 18 666.8 milhões, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 4.7%. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

- Receita de Contribuições: As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Outubro de 2009 situam-se em € 10 733.1 milhões, representando 57.5% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 0.3% relativamente a igual período de 2008.

- Receita do IVA Social - Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro: O montante recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar apresenta um nível de execução de 83.3%, evidenciando um decréscimo de 0.4% face ao período homólogo de 2008.

- Transferências do MTSS: As transferências do MTSS, incluindo o IVA - Lei n.º 39/2005, de 24 Junho, para cobertura financeira das despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingiram € 5 622.9 milhões, excedendo em 11.7% o valor recebido em igual período do ano anterior.

As transferências do MTSS para financiamento da componente pública nacional dos subsídios às Acções de formação profissional que integram o Sistema Previdencial - Repartição (100% - QREN e 50% - QCA's) atingiu o montante de € 216.9 milhões, reflectindo um acréscimo de 24.7% relativamente a igual período de 2008.

- Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: No valor de € 137.1 milhões acusam um acréscimo de 2.9% em relação ao período homólogo de 2008.

- Transferências do Exterior - Fundo Social Europeu: No período de Janeiro a Outubro de 2009, foram transferidos € 667.7 milhões com origem no Fundo Social Europeu, registando um acréscimo de 51.6% relativamente ao período homólogo de 2008.

- Transferências de Capital - OE e FEDER: Transferências provenientes da União Europeia - FEDER que atingiram o montante de € 1.9 milhões, representando um decréscimo de 65.7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Subsistema de Protecção Familiar

Previsão receita 2009	Execução		Variação homóloga Outubro 2008/2009	Grau execução relativamente OSS/2009 (%)
	orçamental Janeiro a Outubro de 2008	orçamental Janeiro a Outubro de 2009		
IVA Social - Lei 39- B/1994, de 27 de Dezembro	689,1	576,6	574,3	-0,4%

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

As transferências de capital do OE totalizaram, até Outubro de 2009, € 3.1 milhões, registando um decréscimo de 56.5% relativamente a igual período de 2008.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa efectiva atingiu no período de Janeiro a Outubro de 2009 o montante de € 17 667.8 milhões, representando, em relação a idêntico período de 2008, um acréscimo de 11%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

- Pensões e Complementos: A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de € 10 546.4 milhões que corresponde a 78.5% do valor orçamentado, reflectindo um crescimento de 5.1% face ao período homólogo do ano anterior e representando 59.7% da despesa efectiva total.

Para este crescimento concorre, nomeadamente, a despesa registada na eventualidade da "Velhice" que apresenta uma variação homóloga de 5.6%, na eventualidade de "Sobrevivência" com uma variação de 6.6% e na "Invalidez" com uma variação negativa de 0.3%.

- Subsídios de desemprego e social de desemprego e apoios ao emprego: No período de Janeiro a Outubro de 2009 a despesa registada com o subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de € 1 665.2 milhões, representando 9.4% da despesa efectiva e 10.2% da despesa corrente realizada, correspondente a uma execução orçamental de 87.9%.

A despesa realizada no período em análise evidencia ainda um acréscimo de 29.4% relativamente a igual período de 2008.

- Abono de Família: Atingiu no período em análise o montante de € 833.5 milhões, no que absorve 4.7% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 23.6% em relação a igual período de 2008 e executando 87.9% do valor orçamentado.

- Subsídio e complemento de doença: No montante de € 377.5 milhões, representando 2.1% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um acréscimo de 4.2% em relação a igual período de 2008, o que traduz um grau de execução orçamental de 84.1%.

- Rendimento Social de Inserção: Atingiu o montante de € 418.1 milhões, absorvendo 2.4% da despesa efectiva do Sistema,

evidenciando um acréscimo de 19.2% relativamente ao mesmo período de 2008 e executando 89.9% do valor orçamentado.

- Complemento Solidário para Idosos: A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de € 186.3 milhões isto é 1.1% da despesa efectiva que corresponde a 85.3% do valor orçamentado, reflectindo um crescimento de 134.8% face a igual período do ano transacto.

- Acção Social: A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de € 1 302.3 milhões, isto é, 7.4% da despesa efectiva do Sistema, apresentando um nível de execução de 74.1%, revelando, em relação a igual período de 2008, um acréscimo nominal de € 117.6 milhões, ou seja, uma variação positiva de 9.9%.

- Subsídios a Acções de formação profissional: No total de € 744 milhões, evidenciam um acréscimo de 47% relativamente a igual período do ano transacto. De referir que estas acções de formação profissional são co-financiadas pelo FSE, apresentando, nesta componente, um acréscimo de 33.6% face a igual período do ano transacto, enquanto que na componente pública nacional se verifica um acréscimo da ordem dos 108.4%.

4. SALDO ORÇAMENTAL

Em 31 de Outubro de 2009 o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública, no valor de € 999 milhões, reflecte um decréscimo de € 904.2 milhões relativamente a igual período do ano anterior, sendo que para este resultado concorreram, no que se refere à:

RECEITA

O acréscimo de € 845.8 milhões registado na receita efectiva, isto é, mais 4.7% que em igual período de 2008, justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista nos dez primeiros meses de 2009 um acréscimo de € 37.3 milhões relativamente ao período homólogo de 2008;

- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidencia no período em análise

um acréscimo de € 630.9 milhões relativamente a igual período de 2008;

- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2008 é de mais € 227.2 milhões;

- O valor dos rendimentos cobrados, cujo diferencial face a igual período de 2008 é de menos € 34.5 milhões;

- O valor das restantes parcelas da receita efectiva, cujo cômputo é inferior em € 15.2 milhões ao valor registado em igual período de 2008.

DESPESA

A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um acréscimo de € 1 750 milhões, isto é, mais 11% quando comparado com o período homólogo de 2008, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

- A despesa paga em prestações sociais, registando um acréscimo de € 1 471.4 milhões face a idêntico período de 2008, isto é, mais 10.2%;

- A despesa com subsídios à formação profissional que regista um acréscimo de € 237.9 milhões face a idêntico período de 2008, isto é, mais 47%;

- As transferências para Emprego, Higiene, Segurança e Formação Profissional que registam um acréscimo de € 37.5 milhões face a igual período de 2008, isto é, mais 7%;

- O valor das restantes componentes da despesa efectiva do Sistema cujo cômputo é superior ao registado no mesmo período de 2008 em € 3.9 milhões.

O saldo da execução do orçamento, na óptica da Contabilidade Pública, apresenta o desdobramento por Sistemas evidenciado no quadro à margem.

Saldo de execução orçamental da Segurança Social por sistemas

(Período: Janeiro a Outubro)	€ milhões		
	2008	2009	Variação absoluta
Sistema Previdencial - Repartição	808,4	30,2	-778,2
Sistema Previdencial - Capitalização	671,6	673,7	2,0
Sistema Protecção Social de Cidadania	423,2	295,2	-128,1
Saldo global	1.903,2	999,0	-904,2

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

Anexos

Quadro 1. Execução orçamental do subsector Estado
(Período: Janeiro a Outubro)

	€ Milhões		
	2008	2009	Tvha (%)
Receitas correntes	31.775,2	27.679,5	-12,9
Receitas fiscais	29.047,1	24.759,1	-14,8
Impostos directos	12.282,3	10.767,3	-12,3
Impostos indirectos	16.764,8	13.991,8	-16,5
Outras receitas correntes	2.728,1	2.920,4	7,0
Despesas correntes	35.442,5	36.914,7	4,2
Despesas com o pessoal	10.939,1	8.944,9	-18,2
Aquisição de bens e serviços correntes	904,4	937,5	3,7
Juros e outros encargos	4.736,4	4.908,0	3,6
Transferências correntes	17.672,1	21.449,5	21,4
Administrações Públicas	15.662,6	19.178,5	22,4
Outras	2.009,6	2.271,0	13,0
Subsídios	905,9	360,8	-60,2
Outras despesas correntes	284,6	314,0	10,3
Receitas de capital	906,1	392,8	-56,6
Despesas de capital	2.139,8	2.831,5	32,3
Investimento	348,2	329,5	-5,4
Transferências de capital	1.759,3	2.487,6	41,4
Administrações Públicas	1.644,9	2.272,4	38,1
Outras	114,3	215,2	88,2
Outras despesas de capital	32,4	14,5	-55,4
Saldo global	-4.901,1	-11.674,0	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-3.667,3	-9.235,2	
Saldo de capital	-1.233,7	-2.438,7	
Saldo primário	-164,6	-6.766,0	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	361,7	1.594,7	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 2. Receita do subsector Estado
(Período: Janeiro a Outubro)

€ Milhões

	2008	Grau exec. (%)	2009	Grau exec. (%)	Tvha (%)
Receitas fiscais	29.047,1	79,7	24.759,1	66,7	-14,8
Impostos Directos	12.282,3	83,1	10.767,3	70,5	-12,3
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	7.393,0	79,9	7.052,2	75,2	-4,6
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	4.867,8	88,3	3.711,7	63,1	-23,7
Outros	21,5	215,0	3,4	32,7	-84,2
Impostos Indirectos	16.764,8	77,4	13.991,8	64,0	-16,5
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.122,0	76,9	2.038,3	76,9	-3,9
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	11.060,7	78,2	8.690,4	60,5	-21,4
Imposto sobre Veículos	781,6	69,8	575,0	52,3	-26,4
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.019,6	71,3	988,1	71,9	-3,1
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	158,8	74,6	149,1	67,8	-6,1
Imposto do selo	1.491,4	81,5	1.396,7	71,1	-6,3
Imposto Único de Circulação (IUC)	83,6	75,3	106,4	78,9	27,3
Outros	47,1	92,4	47,8	92,8	1,5
Receitas não fiscais	3.634,2	110,1	3.313,2	77,0	-8,8
Correntes	2.728,1	92,7	2.920,4	83,8	7,0
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	167,8	91,6	186,2	91,9	11,0
Comparticipações para a ADSE	167,8	91,6	186,2	91,9	11,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	392,3	66,9	439,2	56,3	12,0
Taxas	198,0	76,3	261,5	69,7	32,1
Juros de mora e compensatórios	97,0	64,7	94,8	59,4	-2,3
Multas do Código da Estrada	63,0	64,3	51,7	53,0	-17,9
Outras multas e penalidades diversas	34,3	43,5	31,2	21,0	-9,0
Rendimentos da Propriedade	567,8	136,6	590,5	108,4	4,0
Juros	9,2	104,5	17,9	172,1	94,6
Dividendos e participações nos lucros	557,0	138,8	570,9	107,2	2,5
Outros	1,6	29,1	1,7	94,4	6,2
Transferências Correntes	791,8	74,8	920,8	81,2	16,3
Administrações públicas	657,8	71,5	696,9	79,5	5,9
Exterior	126,2	101,1	214,0	89,2	69,6
Outras	7,8	55,7	9,9	55,3	26,9
Venda de Bens e Serviços Correntes	354,9	76,5	376,4	70,1	6,1
Outras Receitas Correntes	70,1	194,7	72,9	94,9	4,0
Prémios e taxas por garantias de riscos	24,2	159,2	16,0	27,3	-33,9
Outros	45,9	220,7	56,9	314,4	24,0
Recursos Próprios Comunitários	149,2	87,0	131,8	72,5	-11,7
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	234,2	845,5	202,6	731,4	-13,5
Capital	906,1	252,7	392,8	48,2	-56,6
Venda de Bens de Investimento	15,4	7,7	60,8	24,3	294,8
Transferências de Capital	65,7	45,7	41,6	17,0	-36,7
Administrações públicas	37,5	77,8	25,0	37,2	-33,3
Exterior	24,2	25,6	12,4	7,0	-48,8
Outras	4,0	400,0	4,2	-	5,0
Saldos da Gerência Anterior	290,1	2.057,4	304,0	2.026,7	4,8
Outras Receitas de Capital	534,9	106.980,0	-13,6	-	-
Receita	32.681,3	82,2	28.072,3	67,8	-14,1

Por memória:

Activos Financeiros	21,1		40,0		
Alienação de partes sociais das empresas	0,2		0,0		
Outros activos	20,9		40,0		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Nota: Os valores do conjunto das receitas fiscais para 2009 são fornecidos pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. As outras receitas não fiscais em 2009 são valores retirados do Sistema Central de Receita (SCR) e são provisórios. As receitas para 2008 são as que constam do SCR e são valores definitivos. Cobrança líquida em Outubro inferior à de Setembro é resultado de estorno ou pagamento de reembolso e/ou restituição.

Quadro 3. Despesa do subsector Estado, por classificação económica
(Período: Janeiro a Outubro)

	€ Milhões					<i>Por memória:</i>	
						Despesas anos anteriores	
	2008	Grau execução (%)	2009	Grau execução (%)	Tvha (%)	2008	2009
Despesas correntes	35.442,5	80,9	36.914,7	81,6	4,2	107,9	177,4
Despesas com o pessoal	10.939,1	78,2	8.944,9	82,7	-18,2	88,9	137,3
Remunerações Certas e Permanentes	6.568,4	78,3	6.577,8	83,0	0,1	9,5	7,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	362,4	72,1	427,5	78,6	18,0	4,1	15,5
Segurança Social	4.008,3	78,6	1.939,6	82,8	-51,6	75,2	114,7
Aquisição de bens e serviços correntes	904,4	55,7	937,5	60,0	3,7	12,4	26,1
Juros e outros encargos	4.736,4	94,0	4.908,0	86,1	3,6	0,0	0,0
Transferências correntes	17.672,1	81,7	21.449,5	84,1	21,4	6,1	12,9
Administrações Públicas	15.662,6	81,8	19.178,5	83,9	22,4	3,5	8,8
Administração Central	8.690,2	81,5	11.672,8	84,0	34,3		0,1
Administração Regional	0,0	-	0,0	-	-		0,0
Administração Local	1.742,6	83,6	1.649,1	85,9	-5,4	3,5	8,7
Segurança Social	5.229,8	81,7	5.856,7	83,1	12,0		
Outras transferências correntes	2.009,6	81,0	2.271,0	85,4	13,0	2,6	4,1
Subsídios	905,9	78,9	360,8	50,6	-60,2		0,0
Outras despesas correntes	284,6	71,1	314,0	33,1	10,3	0,5	1,0
Despesa corrente primária	30.706,1	79,2	32.006,7	80,9	4,2	107,9	177,4
Despesa de capital	2.139,8	70,4	2.831,5	67,3	32,3	11,0	13,2
Investimento	348,2	39,3	329,5	34,1	-5,4	11,0	5,4
Transferências de capital	1.759,3	83,5	2.487,6	86,7	41,4	0,0	7,8
Administrações Públicas	1.644,9	84,4	2.272,4	86,8	38,1	0,0	7,8
Administração Central	458,2	74,0	997,6	85,3	117,7		
Administração Regional	556,0	100,0	582,2	100,0	4,7		
Administração Local	623,6	81,8	689,5	80,6	10,6		7,8
Segurança Social	7,1	60,8	3,1	28,8	-56,5		
Outras transferências de capital	114,3	72,1	215,2	86,1	88,2	0,0	
Outras despesas de capital	32,4	72,1	14,5	3,9	-55,4	0,0	0,0
Despesa	37.582,4	80,2	39.746,3	80,4	5,8	118,9	190,6
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros	382,6		1.634,7				
Passivos financeiros	74.007,1		60.792,5				
Transferência para o Fundo Regularização da Dívida Pública	0,2		0,0				

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 4. - Despesa do subsector Estado, por classificação funcional
(Período: Janeiro a Outubro)

	€ Milhões			
	2008	Estrutura (%)	2009	Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	4.780,9	12,7	5.205,9	13,1
Serviços Gerais da Administração Pública	1.421,8	3,8	1.614,2	4,1
Defesa Nacional	1.311,4	3,5	1.300,4	3,3
Segurança e Ordem Públicas	2.047,8	5,4	2.291,3	5,8
Funções Sociais	22.481,2	59,8	24.456,7	61,5
Educação	5.740,8	15,3	6.689,9	16,8
Saúde	7.544,6	20,1	7.836,1	19,7
Segurança e Acção Sociais	8.609,1	22,9	9.323,3	23,5
Habituação e Serviços Colectivos	302,8	0,8	301,8	0,8
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	283,8	0,8	305,6	0,8
Funções Económicas	1.365,8	3,6	951,6	2,4
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	374,9	1,0	358,4	0,9
Indústria e Energia	466,2	1,2	18,2	0,0
Transportes e Comunicações	285,1	0,8	232,7	0,6
Comércio e Turismo	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Funções Económicas	239,5	0,6	342,3	0,9
Outras Funções	8.954,5	23,8	9.132,0	23,0
Operações da Dívida Pública	4.735,9	12,6	4.907,1	12,3
Transferências entre Administrações Públicas	4.218,6	11,2	4.224,9	10,6
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa	37.582,4	100,0	39.746,3	100,0
<i>Por memória:</i>				
Activos financeiros	382,6		1.634,7	
Funções Gerais de Soberania	270,3		1.499,1	
Funções Sociais	112,2		135,6	
Funções Económicas	0,0		0,0	
Passivos financeiros e transferência FRDP				
Outras funções	74.007,3		60.792,5	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 5. - Despesa do subsector Estado, por Ministérios e classificação económica
(Período: Janeiro a Outubro de 2009)

€ Milhões

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e da Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Economia e Inovação	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Solidariedade Social	Saúde	Educação	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Cultura	TOTAL
Despesas correntes	1.496,1	129,3	266,3	11.706,9	1.305,3	1.420,5	979,8	91,5	70,0	218,0	40,2	5.897,8	6.890,7	5.143,9	1.159,3	98,9	36.914,7
Despesas com o pessoal	32,7	47,7	141,7	1.295,3	1.021,3	1.185,1	826,0	29,1	41,3	114,7	11,6	41,1	48,7	4.063,1	7,9	37,7	8.944,9
Remunerações Certas e Permanentes	29,9	39,7	85,9	311,5	628,6	842,1	681,9	26,0	35,9	100,6	10,0	36,3	40,8	3.668,4	6,3	33,9	6.577,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,9	2,3	48,2	76,5	112,2	59,1	67,8	1,1	2,0	4,7	0,4	1,5	1,9	47,4	0,3	1,1	427,5
Segurança Social	1,9	5,7	7,6	907,3	280,5	283,9	76,2	2,1	3,4	9,3	1,1	3,3	5,9	347,3	1,3	2,7	1.939,6
Aquisição de bens e serviços correntes	2,2	20,0	32,0	134,6	267,1	157,5	149,3	13,6	10,5	27,5	8,1	10,6	37,5	51,2	4,1	11,6	937,5
Aquisição de bens	0,3	1,6	1,1	29,0	110,9	34,7	45,1	0,7	1,2	4,2	0,3	0,9	2,2	25,1	0,3	2,1	259,8
Aquisição de serviços	1,9	18,4	31,0	105,6	156,2	122,8	104,1	12,9	9,3	23,3	7,8	9,8	35,3	26,1	3,8	9,5	677,7
Juros e outros encargos			0,3	4.907,6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1		0,0	0,0		0,0	4.908,0
Transferências correntes	1.461,2	57,7	78,0	5.013,7	16,2	72,6	4,3	48,7	18,2	71,6	20,5	5.846,1	6.804,5	746,5	1.140,3	49,4	21.449,5
Administrações Públicas	1.460,6	44,8	7,7	3.358,1	9,2	68,0	0,6	47,2	17,0	66,9	19,7	5.842,1	6.801,2	396,8	1.018,3	20,1	19.178,5
Administração Central	104,6	44,8	7,7	3.343,9	7,9	61,0	0,6	46,1	17,0	66,9	19,7	1,7	6.801,2	111,9	1.018,3	19,4	11.672,8
Administração Regional																	
Administração Local	1.356,1					7,0		0,4						284,9		0,7	1.649,1
Segurança Social				14,2	1,2			0,7				5.840,5					5.856,7
Outras transferências correntes	0,5	12,9	70,3	1.655,6	7,0	4,6	3,7	1,5	1,2	4,7	0,8	3,9	3,3	349,7	122,0	29,3	2.271,0
Subsídios	0,0	3,8	0,1	352,7	0,2					4,0						0,1	360,8
Outras despesas correntes	0,0	0,1	14,3	3,0	0,5	5,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	283,1	7,1	0,1	314,0
Despesas de capital	1.252,8	11,2	6,2	344,5	177,3	20,9	11,3	46,0	41,4	79,1	75,3	4,9	16,0	469,8	259,7	15,2	2.831,5
Investimento	0,4	3,4	4,9	15,2	177,1	16,3	8,5	11,6	1,5	17,6	0,5	1,8	0,6	65,1	0,8	4,1	329,5
Transferências de capital	1.252,4	7,7	0,9	329,3	0,2	4,7	2,7	34,4	39,9	61,5	74,9	3,1	15,4	390,6	259,0	11,1	2.487,6
Administrações Públicas	1.252,4	2,6		190,2	0,2	4,4	2,7	24,8	39,9	61,5	19,8	3,1	15,4	390,4	254,0	11,1	2.272,4
Administração Central	10,6	2,6		190,2	0,2	2,0	2,7	21,8	39,9	61,5	19,8		15,4	373,2	254,0	3,7	997,6
Administração Regional	582,2																582,2
Administração Local	659,5					2,5		3,0						17,2		7,3	689,5
Segurança Social												3,1					3,1
Outras transferências de capital		5,1	0,9	139,1		0,2		9,6			55,1	0,0		0,3	4,9		215,2
Outras despesas de capital			0,4							0,0				14,0			14,5
Despesa	2.748,9	140,4	272,5	12.051,4	1.482,6	1.441,5	991,1	137,5	111,4	297,1	115,5	5.902,8	6.906,8	5.613,7	1.419,0	114,1	39.746,3
<i>Por memória:</i>																	
Activos financeiros				1.634,7													1.634,7
Passivos financeiros				60.792,5													60.792,5
Transferência para o Fundo Regularização Dívida Pública																	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 6. Execução orçamental do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos

	€ Milhões						Tvha (%)
	2008			2009			
	Setembro	Outubro		Setembro	Outubro		
	Total	Total	SNS	Total	Total	SNS (1)	
Recargas correntes	15.815,7	17.631,6	6.882,7	16.412,2	18.212,0	7.045,4	3,3
Impostos directos	22,2	22,2	0,0	24,3	24,3	0,0	9,5
Impostos indirectos	244,9	265,0	0,0	284,4	308,4	0,0	16,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.455,6	4.912,1	0,0	2.703,1	2.999,1	0,0	-38,9
Taxas, multas e outras penalidades	1.158,7	1.293,4	30,7	970,6	1.066,7	20,7	-17,5
Transferências correntes	9.219,2	10.320,2	6.646,2	11.649,8	12.925,9	6.862,5	25,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	8.260,3	9.244,1	6.583,7	11.040,2	12.249,6	6.800,6	32,5
União Europeia	751,5	786,0	2,2	494,3	551,1	0,5	-29,9
Outras transferências	207,5	290,0	60,3	115,3	125,1	61,4	-56,8
Outras recargas correntes	715,0	818,8	205,9	779,9	887,6	162,2	8,4
Recargas de capital	924,4	1.122,8	58,8	1.478,0	1.725,3	21,5	53,7
Transferências de capital	898,4	1.091,4	57,0	1.463,7	1.706,5	21,1	56,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	441,2	509,8	35,4	773,4	1.006,0	12,9	97,3
União Europeia	439,3	562,5	21,4	681,5	691,6	8,2	23,0
Outras transferências	17,8	19,1	0,2	8,8	8,9	0,0	-53,4
Despesas correntes	15.080,4	16.893,9	6.661,5	15.704,4	17.410,1	6.647,5	3,1
Despesas com o pessoal	2.570,2	2.825,7	1.232,5	2.137,2	2.342,7	817,9	-17,1
Aquisição de bens e serviços	5.098,6	5.877,0	5.125,6	5.616,9	6.349,1	5.572,3	8,0
Juros e outros encargos	12,6	13,4	0,5	9,2	9,1	0,3	-32,0
Transferências correntes	6.656,5	7.394,9	146,7	7.208,5	7.924,4	118,4	7,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	600,5	680,5	42,7	666,7	724,4	53,6	6,5
Outras transferências	6.056,1	6.714,4	104,0	6.541,7	7.200,0	64,9	7,2
Subsídios	614,4	653,5	0,0	564,2	662,4	0,0	1,4
Outras despesas correntes	128,1	129,4	156,1	168,4	122,3	138,6	-5,5
Despesas de capital	983,4	1.144,1	96,3	1.374,0	1.628,3	84,2	42,3
Investimento	248,1	287,0	85,9	185,9	215,4	75,9	-24,9
Transferências de capital	667,6	768,6	10,3	1.130,4	1.180,1	8,2	53,5
Outros subsectores das Administrações Públicas	123,9	134,8	6,4	141,5	157,3	2,8	16,7
Outras transferências	543,7	633,9	3,9	988,8	1.022,8	5,4	61,4
Outras despesas de capital	67,7	88,4	0,1	57,7	232,7	0,1	163,1
Saldo global	676,3	716,4	183,8	811,7	899,0	335,1	
<i>Por memória:</i>							
Despesas de anos anteriores	814,9	816,9	755,3	748,3	772,3	709,8	
Despesa corrente primária	15.067,8	16.880,5	6.661,0	15.695,2	17.401,0	6.647,2	
Saldo primário	688,9	729,8	184,3	821,0	908,1	335,5	
Saldo corrente	735,3	737,7	221,2	707,7	801,9	397,9	
Saldo de capital	-59,0	-21,3	-37,5	104,0	97,0	-62,7	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-21,8	6,5	0,0	264,6	284,1	0,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-5,7	-5,7	0,0	27,5	27,5	0,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	692,4	704,2	183,8	574,6	642,4	335,1	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Não inclui: Fundo Regularização da Dívida Pública (FRDP).

Nota: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.

(1) - A informação relativa ao SNS tem natureza provisória.

Organismos com execução orçamental em falta:

2008

Setembro - Assembleia da República e UP - Escola de Gestão.

Outubro - Assembleia da República e UP - Escola de Gestão.

2009

Setembro - Assembleia da República e Serviço do Provedor de Justiça

Outubro - Assembleia da República, Serviço do Provedor de Justiça e Manutenção Militar

Quadro 7. Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde - óptica de compromissos
(Período: Janeiro a Setembro)

€ Milhões

	2008		2009	Tvha (%)
	Universo Real	Universo Comparável		
Receita cobrada	6.257,0	6.199,3	6.487,1	4,6
Subsídio de investimento	39,1	35,1	19,4	-44,7
Prestação de serviços	151,7	109,9	100,7	-8,4
Próprio ano	49,3	39,0	35,7	-8,5
Anos anteriores	102,4	70,9	65,0	-8,3
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	5.925,0	5.925,0	6.125,0	3,4
Outros proveitos operacionais	34,2	25,9	19,5	-24,7
Próprio ano	12,8	10,7	7,2	-32,7
Anos anteriores	21,4	15,2	12,3	-19,1
Proveitos e ganhos financeiros	4,5	3,2	1,2	-62,5
Próprio ano	4,4	3,2	1,2	-62,5
Anos anteriores	0,1	0,0	0,0	-
Outras receitas	102,5	100,2	221,3	120,9
Próprio ano (inclui as Outras Rec. SNS) (a)	100,1	98,1	218,4	122,6
Anos anteriores	2,4	2,1	2,9	38,1
Despesa total do ano	6.400,0	6.226,4	6.558,2	5,3
Despesas com o pessoal	1.175,7	913,4	947,6	3,7
Compras	279,7	163,6	174,6	6,7
Fornecimentos e serviços	194,2	144,7	164,6	13,8
Subcontratos	4.578,2	4.844,3	5.077,4	4,8
Produtos vendidos farmácias (b)	1.130,6	1.130,6	1.180,4	4,4
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (c)	547,8	547,8	586,7	7,1
Outros subcontratos (d)	367,5	278,8	276,0	-1,0
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE (e)	2.532,3	2.887,1	3.034,3	5,1
Imobilizações	72,9	61,9	51,2	-17,3
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS) (f)	99,3	98,5	142,8	45,0
Saldo	-143,0	-27,1	-71,1	

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Notas: A coluna "2008 - universo comparável" corresponde ao universo "Sector Público Administrativo" em 2009.

A taxa de variação homóloga acumulada (tvha) compara os valores de 2009 com os valores do universo comparável de 2008.

(a) Incluem Outras Receitas do SNS. Em 2009 inclui € 100.3 milhões de receitas de alienação de património.

(b) Inclui a Diabetes Mellitus.

(c) Inclui encargos com as Unidades Locais de Saúde.

(d) Inclui despesa com as parcerias Público Privado do Hospital de Cascais, Hospital de Braga e CMFR do Sul, e a despesa com os acordos de cooperação com os Hospitais da Cruz Vermelha e da Prelada.

(e) Não inclui encargos com medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica das Unidades Locais de Saúde.

(f) Inclui despesa com Protocolos com Subsistemas, Parcerias, IPSS e outros serviços oficiais e, ainda, Convenções Internacionais.

Quadro 8. Execução orçamental da Segurança Social
(Período: Janeiro a Outubro)

€ Milhões

	2008	2009	Tvha (%)
Receitas correntes	17.796,6	18.657,7	4,8
Contribuições e quotizações	10.695,7	10.733,1	0,3
IVA Social	576,6	574,3	-0,4
Transferências correntes da Administração Central	5.342,2	5.979,9	11,9
Transferências do Fundo Social Europeu	440,5	667,7	51,6
Outras receitas correntes	741,5	702,8	-5,2
Receitas de capital	24,5	9,1	-63,0
Transferências do Orçamento de Estado	7,1	3,1	-56,5
Outras receitas capital	17,4	6,0	-65,6
Despesas correntes	15.887,8	17.638,3	11,0
Pensões	10.034,7	10.546,4	5,1
Sobrevivência	1.440,3	1.535,0	6,6
Invalidez	1.122,7	1.119,7	-0,3
Velhice	7.471,6	7.891,8	5,6
Subsídio familiar a crianças e jovens	674,1	833,5	23,6
Subsídio por doença	362,3	377,5	4,2
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.287,0	1.665,2	29,4
Complemento Solidário para Idosos	79,3	186,3	134,8
Outras prestações	513,5	628,6	22,4
Ação social	1.184,7	1.302,3	9,9
Rendimento Social de Inserção	350,9	418,1	19,2
Administração	315,4	310,4	-1,6
Outras despesas correntes	579,8	625,9	8,0
<i>das quais:</i>			
Transferências e subsídios correntes	579,8	625,9	8,0
Ações de Formação Profissional	506,1	744,0	47,0
<i>das quais:</i>			
Com suporte no Fundo Social Europeu	414,8	554,3	33,6
Despesas de capital	30,0	29,5	-1,5
PIDDAC	19,4	12,0	-37,9
Outras	10,6	17,5	64,5
Saldo global	1.903,2	999,0	
<i>Por memória:</i>			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	1.320,8	701,4	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	582,4	297,6	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Quadro 9. Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações
(Período: Janeiro a Outubro)

€ Milhões

	2008	Grau execução (%)	2009	Grau execução (%)	Tvha (%)
Receitas correntes	5.679,8	75,7	6.341,2	83,0	11,6
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	2.467,0	71,7	2.999,1	78,0	21,6
Quotas e contribuições para a CGA	1.755,6	73,5	2.257,7	77,6	28,6
Quotas de subscritores	1.075,5	73,5	1.128,7	78,6	4,9
Contribuições de entidades	680,1	73,7	1.128,9	76,6	66,0
Compensação por pagamento de pensões	711,4	67,4	741,4	79,3	4,2
Estado	183,2	78,8	188,1	79,9	2,7
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	127,3	78,5	132,1	80,0	3,8
Subvenções vitalícias	6,7	83,3	7,1	85,6	5,6
Pensões de preço de sangue	25,7	78,8	26,2	77,7	1,9
Outras	23,6	79,0	22,8	80,2	-3,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	366,5	60,3	382,8	79,2	4,5
Outras entidades	161,7	75,0	170,5	78,9	5,4
Transferências correntes	3.164,3	80,4	3.243,8	88,1	2,5
Orçamento do Estado	3.158,0	80,4	3.237,4	88,1	2,5
Comparticipação do Orçamento do Estado	2.790,0	82,2	2.815,0	89,4	0,9
Adicional ao IVA	368,0	69,3	422,4	83,3	14,8
Outras transferências correntes	6,3	89,4	6,4	94,9	1,6
Outras receitas correntes	48,6	38,3	98,3	86,5	102,5
Receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-34,1
Despesas correntes	5.981,9	77,2	6.396,0	81,1	6,9
Despesas com pessoal	5,5	78,5	5,6	80,0	1,7
Aquisição de bens e serviços correntes	21,4	66,2	23,6	71,9	10,1
Juros e outros encargos	0,8	45,7	1,1	74,9	35,7
Transferências correntes	5.953,0	77,2	6.364,4	81,2	6,9
Pensões e abonos da responsabilidade de:					
Caixa Geral de Aposentações	5.246,8	77,2	5.616,9	81,4	7,1
Orçamento do Estado	183,7	78,8	194,2	82,4	5,7
Outras entidades	520,4	76,5	552,6	79,0	6,2
Outras transferências correntes	2,2	72,7	0,7	34,2	-68,9
Outras despesas correntes	1,1	74,2	1,3	91,4	17,4
Despesas de capital	0,0	-	0,0	-	-
Saldo global	-302,1		-54,8		
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-179,7		-129,3		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0		0,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-122,3		74,5		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 10 - Execução orçamental da Administração Regional
(Período: Janeiro a Setembro de 2009)

€ Milhões

	2008	2009		Tvha (%)	
	Administração Regional	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores		Administração Regional
Receitas correntes	1.165,4	604,2	530,2	1.134,5	-2,7
Impostos directos	327,9	135,7	115,8	251,5	-23,3
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	210,9	110,2	96,8	207,0	-1,9
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	116,7	25,5	18,9	44,4	-62,0
Impostos indirectos	544,7	302,4	207,6	510,0	-6,4
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	366,3	206,9	117,6	324,5	-11,4
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	7,5	4,4	3,4	7,8	4,3
Taxas, multas e outras penalidades	31,3	20,1	9,6	29,7	-5,3
Rendimentos da propriedade	4,7	1,9	1,4	3,3	-30,6
Transferências correntes	227,4	127,9	162,1	290,0	27,5
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	207,6	110,9	146,5	257,4	24,0
Venda de bens e serviços correntes	13,4	7,7	5,8	13,5	0,9
Reposições não abatidas nos pagamentos	3,3	2,0	1,8	3,8	17,3
Outras receitas correntes	5,2	2,1	22,7	24,9	377,8
Receitas de capital	252,3	35,7	172,4	208,1	-17,5
Venda de bens de investimento	0,3	0,2	0,0	0,2	-19,9
Transferências de capital	251,9	35,5	172,2	207,7	-17,5
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	181,7	12,6	123,0	135,5	-25,4
Outras receitas de capital	0,1	0,0	0,1	0,1	40,7
Despesas correntes	1.253,9	613,9	600,7	1.214,6	-3,1
Despesas com o pessoal	546,4	297,4	272,9	570,3	4,4
Aquisição de bens e serviços	290,6	78,2	103,0	181,2	-37,6
Juros e outros encargos	44,1	27,7	9,5	37,2	-15,5
Transferências	318,8	190,6	171,2	361,7	13,5
Subsídios	44,2	4,5	34,9	39,4	-10,9
Outras despesas correntes	9,8	15,5	9,2	24,7	151,3
Despesas de capital	382,6	101,8	144,7	246,6	-35,6
Investimento	261,7	74,2	62,0	136,2	-47,9
Transferências	120,7	27,6	82,3	109,9	-9,0
Outras despesas	0,2	0,0	0,4	0,4	87,3
Saldo global	-218,8	-75,8	-42,8	-118,6	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	38,6	12,3	0,2	12,5	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	255,5	49,7	50,0	99,7	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-1,9	-38,4	7,0	-31,4	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Quadro 11. - Execução orçamental da Administração Local
(Período: Janeiro a Setembro)

€ Milhões

	Uníverson Real		Uníverson Comparável		
	2008	2009	2008	2009	Tvha (%)
Receitas correntes	4.057,8	4.141,6	4.037,2	4.141,6	2,6
Impostos directos	1.577,9	1.524,0	1.568,4	1.524,0	-2,8
Imposto Municipal sobre Transmissões	616,4	470,9	613,1	470,9	-23,2
Imposto Municipal sobre Imóveis	678,1	663,8	673,8	663,8	-1,5
Imposto Municipal sobre Veículos	106,0	125,6	105,4	125,6	19,2
Derrama	171,9	259,8	170,6	259,8	52,3
Outros	5,5	3,9	5,5	3,9	-29,5
Impostos indirectos	181,0	119,2	180,5	119,2	-34,0
Taxas, multas e outras penalidades	160,2	139,9	159,1	139,9	-12,1
Rendimentos da propriedade	145,4	180,4	144,2	180,4	25,1
Transferências correntes	1.433,0	1.617,8	1.425,3	1.617,8	13,5
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	1.251,2	1.295,9	1.245,0	1.295,9	4,1
Fundo de Equilíbrio Financeiro	857,4	886,0	853,0	886,0	3,9
Fundo Social Municipal	114,0	123,3	113,3	123,3	8,8
Participação IRS	279,8	286,6	278,7	286,6	2,9
Venda de bens e serviços correntes	512,2	509,6	511,6	509,6	-0,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	9,9	10,2	9,9	10,2	2,5
Outras receitas correntes	38,3	40,5	38,2	40,5	5,9
Receitas de capital	992,9	1.072,4	987,8	1.072,4	8,6
Venda de bens de investimento	83,2	59,1	83,2	59,1	-29,0
Transferências de capital	899,2	982,7	894,2	982,7	9,9
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	556,9	574,5	554,2	574,5	3,7
Fundo de Equilíbrio Financeiro	556,0	574,5	553,3	574,5	3,8
Fundo de Coesão Municipal	0,9	0,0	0,9	0,0	-95,5
Fundo de Base Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital	10,5	30,5	10,5	30,5	191,2
Despesas correntes	3.426,6	3.777,0	3.407,0	3.777,0	10,9
Despesas com o pessoal	1.551,8	1.711,3	1.542,4	1.711,3	11,0
Aquisição de bens e serviços	1.191,9	1.337,1	1.185,3	1.337,1	12,8
Juros e outros encargos	148,5	142,5	147,9	142,5	-3,7
Transferências	350,5	391,6	348,7	391,6	12,3
Subsídios	96,6	111,6	96,6	111,6	15,6
Outras despesas correntes	87,2	82,9	86,1	82,9	-3,8
Despesas de capital	1.526,7	1.771,7	1.521,7	1.771,7	16,4
Investimento	1.231,6	1.440,1	1.226,9	1.440,1	17,4
Transferências	261,8	300,3	261,6	300,3	14,8
Outras despesas	33,3	31,3	33,2	31,3	-5,9
Saldo global	97,4	-334,7	96,2	-334,7	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-9,7	1,5	-9,75	1,5	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,7	378,9	24,1	378,9	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	130,9	42,6	130,1	42,6	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Uníverson:

2008: Uníverson completo - 308 Municípios

2009: Falta a execução orçamental relativa a 3 municípios

Uníverson comparável: 305 municípios

Quadro 12. Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública

		Aposentação/reforma									Sobrevivência e outros			Abonos abatidos de aposentação/reforma					
		Velhice e outros motivos			Invalidez			Total			Total	H	M	Total	H	M			
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M									
2008																			
	Outubro	337.528	203.713	133.815	75.621	37.159	38.462	413.149	240.872	172.277	133.637	19.407	114.230	690	525	165			
	Novembro	339.015	203.975	135.040	75.684	37.159	38.525	414.699	241.134	173.565	133.990	19.451	114.539	746	530	216			
	Dezembro	340.315	204.179	136.136	75.697	37.135	38.562	416.012	241.314	174.698	134.047	19.546	114.501	1.017	766	251			
2009																			
	Janeiro	342.033	204.669	137.364	75.727	37.134	38.593	417.760	241.803	175.957	134.096	19.533	114.563	557	405	152			
	Fevereiro	342.509	204.668	137.841	75.661	37.086	38.575	418.170	241.754	176.416	133.923	19.492	114.431	671	483	188			
	Março	343.178	204.475	138.703	75.406	36.920	38.486	418.584	241.395	177.189	133.465	19.457	114.008	2.016	1.476	540			
	Abril	344.498	204.757	139.741	75.417	36.899	38.518	419.915	241.656	178.259	133.786	19.539	114.247	977	707	270			
	Mai	345.924	205.175	140.749	75.386	36.824	38.562	421.310	241.999	179.311	133.989	19.573	114.416	965	680	285			
	Junho	346.977	205.402	141.575	75.337	36.777	38.560	422.314	242.179	180.135	134.129	19.618	114.511	861	631	230			
	Julho	348.410	205.659	142.751	75.370	36.758	38.612	423.780	242.417	181.363	134.459	19.712	114.747	891	650	241			
	Agosto	349.461	205.883	143.578	75.382	36.742	38.640	424.843	242.625	182.218	134.677	19.791	114.886	785	573	212			
	Setembro	350.710	206.241	144.469	75.458	36.751	38.707	426.168	242.992	183.176	134.796	19.765	115.031	818	597	221			
	Outubro	351.405	206.304	145.101	75.450	36.728	38.722	426.855	243.032	183.823	135.044	19.810	115.234	809	599	210			
Novos Pensionistas de aposentação/reforma																			
		Administr. Central			Administr. Regional			Administr. Local			Militares e forças Segurança			Outros			Total		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
2008																			
	Outubro	848	187	661	49	15	34	120	81	39	45	31	14	310	222	88	1.372	536	836
	Novembro	1.684	419	1.265	87	24	63	224	168	56	76	45	31	225	128	97	2.296	784	1.512
	Dezembro	1.402	312	1.090	109	46	63	255	189	66	70	39	31	494	352	142	2.330	938	1.392
2009																			
	Janeiro	1.620	391	1.229	123	61	62	212	162	50	222	193	29	128	81	47	2.305	888	1.417
	Fevereiro	731	197	534	37	20	17	121	87	34	65	53	12	127	76	51	1.081	433	648
	Março	1.476	457	1.019	76	34	42	237	175	62	75	48	27	566	400	166	2.430	1.114	1.316
	Abril	1.487	402	1.085	79	28	51	227	163	64	64	39	25	451	333	118	2.308	965	1.343
	Mai	1.499	415	1.084	70	33	37	237	167	70	110	86	24	444	320	124	2.360	1.021	1.339
	Junho	1.176	315	861	55	21	34	193	135	58	154	129	25	287	210	77	1.865	810	1.055
	Julho	1.587	396	1.191	96	45	51	325	211	114	123	89	34	226	142	84	2.357	883	1.474
	Agosto	1.087	272	815	70	23	47	247	167	80	99	66	33	345	251	94	1.848	779	1.069
	Setembro	1.175	292	883	82	28	54	261	184	77	154	116	38	471	338	133	2.143	958	1.185
	Outubro	886	211	675	57	24	33	216	152	64	130	98	32	207	151	56	1.496	636	860

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.